

Volume 40
Número 2
Ano 2025
Id e55380

Artigo Original

DOI: 10.1590/s0102-6992-202540021e55380

Dinâmicas da memória sobre infâncias abandonadas: narrativas e micropolíticas de um grupo de ex-internos de uma instituição para menores

Veridiana Domingos Cordeiro

Universidade de São Paulo, Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Núcleo de
Estudos da Violência NEV/USP, São Paulo, SP, Brasil.

email: veridiana.cordeiro@usp.br
orcid: 0000-0001-9666-4386

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.



Recebido em: 30/08/2024
Aprovado em: 16/04/2025

Editoria: Eduardo Dimitrov

Dinâmicas da memória sobre infâncias abandonadas: narrativas e micropolíticas de um grupo de ex-internos de uma instituição para menores

Veridiana Domingos Cordeiro

Resumo: O estudo analisa como ex-internos de uma instituição governamental se reencontraram para rememorar seu passado institucional compartilhado. Por meio de dados coletados de redes sociais, entrevistas biográficas e coletivas e observações etnográficas, a pesquisa examina as dinâmicas políticas nas interpretações construídas sobre esse passado comum. Baseando-se na Sociologia do Entendimento de Andreas Glaeser, identifica-se que a inserção da filha do ex-diretor na rede promoveu um empreendedorismo moral que reconfigurou memórias de violência institucional como práticas de cuidado e disciplina. Essa interpretação conservadora moldou regimes emocionais que revestiram lembranças traumáticas com sentimentos “positivos”.

Palavras-chave: Sociologia do Entendimento; Memória; Narrativas; Institucionalização Precoce; Pesquisa Multimétodos.

Abstract: This study examines how former inmates of a government institution reconnected to collectively remember their institutionalized pasts. Using data from Facebook, interviews, and ethnographic observations collected over five years, the research analyzes the political dynamics shaping interpretations of their shared past. Through Andreas Glaeser's Sociology of Understanding framework, findings reveal how the former director's daughter's participation in the network fostered moral entrepreneurship that reframed institutional violence as care and discipline. This conservative interpretation created emotional regimes that transformed difficult memories into “positive” experiences, demonstrating how power dynamics influence collective memory formation and emotional processing of institutional pasts.

Keywords: Sociology of Understanding; Memory; Narratives; Early Institutionalization; Multi-methods Research.

Introdução¹

Desde os primeiros escritos de (Halbwachs, 1923; 1997a; b) sobre as condições sociais da memória, já é possível defender a ideia de que rememorar só é possível uma vez que estamos imersos em uma dimensão social em que indivíduos, representações e artefatos interagem incessantemente ao longo do tempo. Assim, a memória não é um fenômeno apenas estritamente coletivo ou individual; mas sim um processo relacional e processual que repousa no fluxo temporal e com ele se transforma. Embora esse processo seja mental, ele está condicionado ao mundo externo, apoiando-se e sendo construído pelas interações sociais e pelos artefatos que nos rodeiam. É justamente o compartilhamento, a validação e a materialização dessas interpretações sobre o passado que garantem que uma lembrança não é um mero sonho, por exemplo (Halbwachs, 1997a). Como somos seres temporais, a interpretação que desenhamos do passado é sempre atualizada pelo momento presente. Isso não quer dizer que os sentidos que atribuímos a esses eventos passados não possam vir a se estabilizar por um certo tempo. (Halbwachs, 1923), ainda inserido em um contexto de pensamento durkheimiano, desenvolve pouco sobre as dinâmicas políticas que levam a essa estabilização ou congruência de determinadas memórias. Na Sociologia do Entendimento (*Sociology of Understanding*) de (Glaeser, 2011), contudo, é possível repensar como essas interpretações são intersubjetivamente validadas a partir de processos micropolíticos de negociação e aceitação de determinadas versões do passado.

1: Esta pesquisa foi financiada pela FAPESP (número do processo: 2016/16472-7).

A partir desse arcabouço teórico, trabalhamos com narrativas e relatos de ex-internos de uma instituição para menores que funcionou no interior do Estado de São Paulo entre 1946 e 1997 como Instituto Agrícola de Menores de Batatais e, posteriormente, FEBEM-UE4.

Depois de muitas décadas após a saída da instituição onde passaram suas infâncias, esse grupo de ex-internos começou a se conectar pelas redes sociais. Depois disso, iniciaram-se encontros presenciais em Batatais, a cidade onde está localizado o Instituto Agrícola/FEBEM. Os encontros virtuais e presenciais serviam basicamente ao propósito de compartilhar lembranças, ou melhor, entendimentos sobre o passado que tiveram em comum. Ao longo de quatro anos, acompanhamos presencialmente os encontros dos ex-internos, suas manifestações em grupos e páginas das redes sociais e realizamos entrevistas em profundidade para entender como eles passaram a interagir para rememorar seus passados ao terem se reencontrado após décadas.

Inicialmente, questões sobre esses processos de rememoração foram levantadas diante desse material empírico: “como rememorar uma infância apartada da família e da sociedade?”; “como rememorar quando não há registros desse passado?”; “como rememorar quando não se convive mais com aqueles que partilharam desse passado?”; “como essas recordações são reinterpretadas ao longo do tempo?”. Ao realizar a análise do material, percebemos como algumas memórias das infâncias desses ex-internos dentro da instituição foram mais validadas do que outras, uma vez que havia uma *política da memória* posta em curso pela filha do ex-diretor da instituição que silenciava certas versões sobre o passado em detrimento de outras. Com isso, percebemos a formação de outros fenômenos tais como regimes emocionais e silenciamento social de determinadas narrativas.

Discussões sobre a abordagem teórica: a Sociologia do Entendimento para a compreensão de dinâmicas de rememoração

Historicamente, a memória foi discutida em termos metafísicos, ontológicos e epistemológicos em diversas áreas do conhecimento. Como a memória é um fenômeno psicofísico-social, ela tem rompido as barreiras disciplinares tanto das *hard sciences*, quanto das *soft sciences*. O próprio surgimento da Sociologia da Memória foi uma barreira rompida, dado que a memória foi (e ainda é) tradicionalmente estudada por outras áreas. Por isso, revisitar as bases da Sociologia da Memória postas por Maurice Halbwachs, incorporando suas premissas e apontando seus limites, é fundamental para qualquer sociólogo da memória que queira contribuir com o campo.

Halbwachs (1997a; b) foi importante não apenas para a Sociologia, mas para as Humanidades como um todo, já que promoveu uma cissiparidade nas abordagens sobre a memória, a qual vinha sendo tratada a partir de uma perspectiva estritamente subjetiva. Isso pois, por séculos, a Filosofia explorou questões relativas à ontologia da memória e manteve reflexões a partir do ponto de vista subjetivo. Halbwachs rompe com essa tradição subjetivista e oferece uma compreensão da memória a partir de sua interação com o ambiente externo e tudo aquilo que dele pode advir ou que ele pode influenciar. Halbwachs inaugurou a tradição de pesquisa externalista da memória. Falta a Halbwachs, entretanto, um foco nos sentidos tecidos pelos processos de rememoração.

Para isso, retomamos a Sociologia do Entendimento (Glaeser, 2005, 2011) para pensarmos o que é rememorado (os sentidos do que é rememorado) e por que certas lembranças são rememoradas (as motivações). Além disso, assumindo que não há a “memória”, ou seja, algo que se coloque sobre os indivíduos sem que eles possam atribuir sentidos próprios ou negociá-los em seus microcosmos ao longo do tempo, buscamos também enfatizar a perspectiva relacional-processual que pode dar conta disso.

Uma perspectiva relacional é aquela que busca rejeitar tanto uma posição voluntarista, quanto uma posição determinista, já que um indivíduo não seria capaz de transformar

uma estrutura social e vice-versa (Depelteau, 2008). Mais do que isso, ela busca apresentar uma “ontologia plana” (*flat ontology*) que não mantém um codeterminismo dos polos micro e macro. Aqui, o foco se desloca dos polos para as transações entre diferentes atores interdependentes. Assim, se há uma estrutura social, ela é apenas o efeito de transações estáveis. De acordo com Abbott (2016), os processos não possuem resultados, ou seja, os processos não são teleológicos. Se na explicação *ex post facto* estabelecemos tal teleologia, isso ocorre pela reconstrução racional e nada tem a ver com a realidade social. Todavia, isso não significa que não existam consequências derivadas dos processos. A realidade empírica apreendida pelo pesquisador deve ser entendida como a estabilização de processos que tornam ideias, por exemplo “família”, não como uma instituição social que ocupa um espaço analítico transcendente, mas sim como um agrupamento mais ou menos estável de indivíduos derivado “de um processo contínuo de evolução e transformação” (Abbott, 2016, p. 230). Assim, se por um lado não é possível dizer que o curso da vida social sempre gera “resultados finais”, por outro é possível dizer que encontramos “estabilidades sociais” – ou “regularidades” na terminologia de Abbott (2016), ou “institucionalizações” na terminologia de Glaeser (2005). Regras, arranjos, padrões são frutos da estabilidade de processos sociais. Esses padrões estáveis são o que Glaeser denomina de “institucionalização”, “quando operações mentais se ancoram em práticas e mais práticas” (Glaeser, 2014, p. 228). Nesse sentido amplo, quase todos os aspectos da vida social podem ser institucionalizados: comportamentos estabilizados, pensamentos que se cristalizam em mentalidades, ou objetivos que se tornam normas e valores (Glaeser, 2011). Nesse escopo, lembranças também podem se institucionalizar /estabilizar ao longo do tempo, a depender das dinâmicas micropolíticas em que elas estão enredadas.

Essa estabilização não emerge espontaneamente, mas é fruto de uma dinâmica de validações. Os “graus de certeza” que uma interpretação (por exemplo, uma interpretação sobre um fato passado) pode adquirir ao longo do tempo são chamados de “modos de validação” (Glaeser, 2011). Os modos de validação são mecanismos que levam ao ajuste (ou não) de certos entendimentos sobre o conhecimento do mundo, incluindo o conhecimento passado. Há um movimento mimético em que geralmente adequamos nossos entendimentos a partir do entendimento de outras pessoas.

Na Sociologia do Entendimento de Glaeser, um processo de validação não é apenas um processo intersubjetivo neutro, mas também implica a superposição de uma autoridade sobre os demais. Quando a autoridade não está formalizada em uma posição hierárquica bem definida e aceita pelos demais, ela se mantém pela crença e orientação dos outros agentes de que tal pessoa é uma autoridade – aqui há uma proximidade da concepção weberiana de autoridade (Weber, 2009).

Há três tipos de dinâmicas de validação: *ressonância*, *corroboração* e *reconhecimento* (Glaeser, 2011). A ressonância ocorre quando um entendimento sobre algo “é consistente com outros conhecimentos nossos sobre o mundo, com nossos desejos e nossos valores” (Glaeser, 2011, p. 25). Essa *ressonância* ou coerência entre sentidos também pode acontecer pela comparação entre os próprios sentidos atribuídos pelo indivíduo ao longo do tempo. É possível recuperar diferentes entendimentos sobre o mesmo objeto, mas não é possível produzir e reconhecer diferentes memórias do mesmo objeto. Na narrativa abaixo, de Asdrúbal, um ex-interno em Batatais, é possível acompanhar como essa dinâmica de *ressonância* opera: “o preso foi espancado e eles foram chamados de comunistinha de merda ou terroristinha. Naquela época, associei a palavra ‘comunista’ à ‘comunhão’ pregada pelo padre da missa que eu costumava assistir” (trecho da fala de Asdrúbal, ALESP, 2013). Asdrúbal consegue recuperar a mesma recordação, porém ele atribui entendimentos distintos ao longo do tempo. Em um primeiro momento, ele não entendeu o que significava o julgamento “comunista” que recebiam quando eram espancados. Mais tarde passou a entender o que o termo “comunista” realmente significava. Em seu discurso, a associação mais próxima era com a “comunhão”, uma experiência habitual, uma vez que os ex-internos participavam obrigatoriamente da missa todo fim de semana.

Outro tipo de modo de validação é a *corroboração*, que ocorre quando um entendimento é testado (posto em curso no mundo) e, conseqüentemente, é bem-sucedido. Isto é, uma corroboração ocorre quando os entendimentos “são retrospectivamente vistos como guias úteis para atingir uma realização” (Glaeser, 2011, p. 24). Ou seja, diante de um entendimento hipotético, um tanto incerto, busca-se no mundo externo sua validação ou desvalidação.

O *reconhecimento* é um tipo de validação que implica o reconhecimento por outrem sobre algo que entendemos acerca do mundo. Nós não nos importamos com todas as aprovações/desaprovações e crenças alheias, mas somente daquelas pessoas que representam algum tipo de autoridade para nós. Uma autoridade pode ser, por exemplo, alguém que tenha uma certa reputação com um público específico, que tenha um *status* simbólico, financeiro ou anterior em um espaço social específico. Como veremos, a dinâmica de validação por *reconhecimento* é muito frequente entre os ex-internos pesquisados, que tomaram para si algumas figuras como autoridades.

A ação (ou conjunto de ações) para manter ou mudar algo que já está institucionalizado é o que Glaeser denomina de “fazer político”. Assim como o termo “institucionalização”, o termo “política” não é tomado em seu sentido macro. Fazer política é uma atividade cotidiana: “estamos todos envolvidos na política, sejam pequenas ou grandes” (Glaeser, 2011, p. 23), criando assim padrões de ação e reação continuados. Ou seja, esse fazer político é um conjunto de ações que “institucionalizam” nossos entendimentos sobre o mundo a partir de uma persuasão deliberada que alguém emprega para criar e manter essas institucionalizações.² Qualquer forma de política depende dessa orientação, coordenação e legitimação de certos entendimentos sobre algo.

Nesse sentido, as vozes dissidentes a uma determinada autoridade em um contexto particular tendem a ser silenciadas, deixadas de lado ou desacreditadas, porque “infectam” cada vez mais pessoas com seu desvio, levando, eventualmente, a “construção de fração” e tendências “divisionistas” (Glaeser, 2011, pp. 223–224). O ato político de “selecionar” certos entendimentos em função da manutenção ou alteração de uma instituição, embora seja sempre deliberado, pode acontecer explicitamente ou não. Quando os entendimentos são relativos ao passado, denominamos de “política da memória”, ações que visam a ampliar a ressonância de determinados entendimentos sobre o passado, a um só tempo espalhando, repetindo e materializando certos entendimentos ou afastando, silenciando e censurando outros. Essa seleção intencional de determinados entendimentos pode levar a validações circulares, “mobilizando pessoas através de uma visão de mundo clara e inambígua” (Glaeser, 2011, p. 249).

Políticas da memória bem-sucedidas podem vir a instaurar verdadeiros “regimes emocionais”. Isso pois as emoções também são processos racionais que se tornam intersubjetivos quando elas são expressas e, portanto, estão diretamente imbricadas nas redes de ações e objetivos humanos. Nesse sentido, é comum que comunidades, grupos, famílias e até sociedades inteiras criem regimes emocionais (Reddy, 2001), isto é, expectativas específicas sobre como sentir. Os regimes emocionais fornecem prescrições relativas às melhores estratégias para perseguir um aprendizado emocional que se adeque aos padrões culturais desse grupo ou comunidade. Dessa maneira, regimes emotivos não deixam de ser “instituições” no sentido glaeseriano, na medida em que são entendimentos estabilizados sobre como sentir determinados eventos/experiências.

2: “Instituição”, aqui, é um termo que não adota o sentido de “organização” (formal), mas, sim, de estabilização de certos padrões de ação, padrões de crenças e valores e de sentidos atribuídos.

Discussões sobre a abordagem metodológica: técnicas qualitativas dentro e fora do âmbito digital

Uma abordagem sociológica da memória tal como originalmente propôs Halbwachs deve olhar para suas manifestações sociais, isto é, para os relatos sobre o passado. No entanto, interessar-se pelos sentidos veiculados por esses relatos pede que interpretemos os sentidos e motivações por detrás deles. Além disso, adotar uma perspectiva processual e relacional pressupõe que o material empírico seja acompanhado em seu desenrolar temporal e que sejam postos em relação. Ou seja, no nosso caso, em que estávamos trabalhando com relatos e narrativas, é necessário entender como um relato interage com outro e como se desdobra em outros relatos futuros. Para isso, nós trabalhamos com quatro tipos de materiais empíricos que foram coletados a partir de quatro técnicas diferentes: (i) os relatos veiculados pelos ex-internos em redes sociais (grupos e páginas de Facebook), que foram extraídos por *webscraping*; (ii) narrativas orais biográficas, que foram coletadas por meio de entrevistas em profundidade presenciais, (iii) relatos coletivos, que foram coletados a partir de entrevistas coletivas presenciais, (iv) dados etnográficos coletados presencialmente nos encontros semestrais que os ex-internos realizavam.³

Vale mencionar que, como dissemos, o universo empírico pesquisado dizia respeito a uma rede de ex-internos que se formou no Facebook, com cerca de 200 pessoas que frequentaram a instituição, em algum momento, entre 1946 e 1990. Dessas pessoas, cerca de 80 se encontravam presencialmente para comemorações em Batatais. O universo total de ex-internos que frequentou essa instituição é desconhecido, não há informações oficiais a respeito. O que se sabe é que ela contava com 11 lares que abrigavam entre 30 e 40 internos cercados por plantações agrícolas. Portanto, quando mencionamos “ex-internos do Instituto Agrícola de Batatais/FEBEM-UE4”, nos referimos, na verdade, a essa rede específica de ex-internos que se reencontrou pelo Facebook e, posteriormente, presencialmente.

O primeiro passo foi coletar os dados do Facebook (os ex-internos mantinham uma página e um grupo público). Primeiro fizemos uma coleta retroativa da página e do grupo por meio de *webscraping*. Depois, acompanhamos os novos relatos e fotografias postados cotidianamente a partir de um trabalho “netnográfico” (Kozinets, 2015), no caso dos ex-internos, a netnografia era imprescindível, pois eles postam relatos sobre suas infâncias diariamente. Como o fluxo de informações era muito grande, amparamos a netnografia com outras técnicas, como a Análise de Redes (Newman, 2018) para mapear os indivíduos e a frequência das interações no Facebook. Os dados do Facebook rastreados são relativos aos anos de 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e primeiro semestre de 2020.

Duas vezes por ano, os ex-internos se encontravam em Batatais. Acompanhamos todos esses encontros durante os anos que estivemos em campo. Realizamos também uma entrevista em grupo com vários ex-internos. A adoção de tal técnica é ainda mais interessante, pois, como estamos tratando da memória a partir de uma perspectiva relacional, “as entrevistas em grupos [...] podem ser estimulantes para os respondentes e assim os ajudam na rememoração” (Fontana e Frey, 2008, p. 129). E, por fim, realizamos oito entrevistas em profundidade para que os ex-internos pudessem relatar livremente sobre suas memórias (May, 2004). A escolha desses oito ex-internos só ficou evidente depois que construímos uma rede de relações a partir dos dados de interação (curtidas, postagens e comentários em postagens) provenientes do Facebook. Nessa rede foi possível identificar quais eram os “nós” (*nodes*).⁴ Há dois documentários amadores realizados

3: Os dados do Facebook foram resgatados desde o ano de início do grupo criado pelos ex-internos e os dados etnográficos e os dados de entrevistas foram acompanhados entre 2016 e 2020. Todos os nomes foram anonimizados.

4: Os “nós” são os elementos fundamentais que representam as entidades dentro da rede. Esses “nós” podem representar diversos tipos de entidades. No caso da rede que construímos, os “nós” eram os ex-internos mapeados no Facebook. Os “nós” são conectados por arestas (*edges*) ou links, que representam as relações ou interações entre

sobre esses ex-internos e disponibilizados no YouTube em que também há relatos de suas infâncias. Além disso, dois ex-internos escreveram livros ou contos sobre suas infâncias que foram publicados com pequena tiragem. Esses materiais audiovisuais e literários também integraram o referencial empírico desta pesquisa e foram analisados conjuntamente com os outros dados mencionados.⁵

O modo como as recordações deles estão dispersas é característico de populações marginalizadas que não têm (ou pouco têm) seus relatos materializados, publicizados e canonizados em vídeos, entrevistas e livros. Assim, são versões que não chegam a integrar a história oficial de instituições das quais participaram e acabam sendo silenciadas, o que, no entanto, não significa que elas não sejam um conhecimento importante a ser investigado. Isso só foi possível pela adoção de uma abordagem metodológica que acompanhasse o próprio processo de mudança da realidade empírica. Assim, pôde-se compreender como os sentidos atribuídos pelos ex-internos sobre seus passados foram envolvidos em disputas sociais e micropolíticas até que se estabilizassem (ainda que provisoriamente) em torno de uma versão que prevaleceu sobre outras que foram marginalizadas e silenciadas. Essa análise só é possível com uma análise processual que acompanhe os dados ao longo do tempo. Se hoje um pesquisador entrevistasse esses ex-internos, ele iria se deparar com uma narrativa (parcialmente) resultante de um conjunto de sentidos atrás dos quais há dinâmicas de interação, validação e políticas, que não se revelam em uma narrativa mnemônica de um único indivíduo. Foi no curso temporal e analisando as relações que se pôde perceber uma política da memória em curso e a consequente adaptação dos entendimentos que eles tinham sobre seus passados.

Análise das narrativas: micropolíticas dos entendimentos sobre um passado comum

Ao se reencontrarem após muitos anos, os ex-internos passaram a compartilhar memórias de suas infâncias. Nessas interações, essas memórias começaram a ser complementadas, contraditas e retomadas pelos seus pares.

Um dos temas mais frequentes nas narrativas dos ex-internos sobre seus passados é a coerção institucional e geralmente está presente em eventos ligados ao trabalho na roça, no trabalho de manutenção da limpeza do Instituto, na interação direta com funcionários, em punições em decorrência de atitudes dos ex-internos entendidas como infrações cometidas dentro do Instituto e no desamparo emocional dentro do próprio Instituto. Mesmo depois de erguido, o Instituto continuou sendo mantido pelo trabalho dos internos, toda a limpeza e arrumação eram realizadas por eles: "a gente fazia limpeza no lar. A gente levantava, arrumava nossa cama, ia tomar café, limpava o lar, depois ia pra roça. Nós cuidávamos de tudo, era um brinco!" (Amin, trecho de fala no documentário *Fios da Vida*, 2014). Em um primeiro momento, muitas recordações relativas ao trabalho surgiram, de uma maneira neutra, como um evento cotidiano de suas infâncias. Até mesmo quando o trabalho não servia para manutenção do próprio Instituto: "os fazendeiros da região, quando eles precisavam colher algodão ou mesmo amendoim, abacaxi, o que eles faziam? Eles iam até lá, falavam com o diretor e pegavam oito ou dez menores e levavam para fazenda deles para trabalhar" (Lio, trecho de fala no documentário *Fios da Vida*, 2014). Enquanto, para uns, o trabalho é recordado de maneira neutra, como parte de suas vidas, para outros ele já é visto de uma maneira crítica. Aquilo que era plantado

eles. Essas conexões podem indicar amizades, seguidores, troca de mensagens, participação em grupos comuns, ou qualquer outro tipo de relacionamento relevante para a análise.

5: À época do início desta pesquisa, entre 2015 e 2016, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo ainda não contava com um comitê de ética e por esse motivo, a pesquisa não passou por uma instituição desta natureza. O debate sobre a coleta de dados qualitativos nas Ciências Humanas também não estava tão avançado como atualmente. Entretanto, todas as entrevistas foram coletadas com o consentimento dos participantes e foram acompanhadas por uma psicóloga que ofertou suporte psicológico após a entrevista caso necessário. Os dados provenientes do Facebook e do documentário são dados públicos que foram postados pelos próprios ex-internos. Prezamos pela anonimização dos ex-internos atribuindo codinomes a cada um deles citados.

e colhido não podia ser consumido pelos ex-internos, mesmo quando havia abundância de frutas e verduras. "Todos os lares tinham seus pomares. Cada qual cuidava e zelava suas frutas e hortaliças. Infelizmente enquanto o larista não liberava a colheita, ninguém podia pegar... pois poderia levar castigos severos!!" (Luma, postagem no Facebook na página do IAPS, julho de 2017).

Episódios ligados ao trabalho forçado também se entrelaçam com violências aleatórias, ou seja, "punições" que não estavam necessariamente ligadas a um suposto ato infracional e que implicavam a execução de uma punição clara e pré-definida. Esses episódios estão frequentemente entrelaçados com recordações do trabalho na roça em que alguns ex-internos relatam violências físicas da parte dos funcionários. No trecho abaixo, Luca conta um ato cruel cometido por um dos funcionários do Instituto.

Hoje é doce de recordar. Sete anos e em vez de você estar correndo atrás de uma bola, você tá debaixo de um sol de 40 graus carpindo aquele pomar. Isso sem contar alguns detalhes lá que eu não cheguei a falar. Tinha um funcionário, Seu Nose, ele era negro, mas o pessoal falava que ele era racista. Ele tomava conta do pomar. Eu lembro como se fosse hoje. Eu era molequinho com uma enxada que dava dois de mim. E tinha um formigueiro de lava-pé. Eu tava aproximando do formigueiro e aí eu saltei. Aí ele me chamou e perguntou "e esse mato?" Eu quase não falava, eu era tipo bicho do mato. E eu falei "ah, a formiga". E ele "que formiga? que formiga? Pode carpir!" Eu fui obrigado a carpir ali em cima do formigueiro, te juro. Em cima do formigueiro. Ele era tão assim... maldoso! Pra não usar palavras chulas [...] Uma vez estávamos todos carpindo e tinha uma laranjeira no final de safra. Tinha uma única laranjinha. Ele olhou antes e viu que atrás da laranja tinha um cacho de maribondo. Ele viu a gente que nem cachorro vendo frango de padaria. E ele sentiu que nós estávamos olhando. Ele: "tem uma única laranja que vocês estão vendo. Só um vai ficar com ela e é aquele que chegar primeiro". Corremos. Quando chegamos ali, ele já tinha jogado uma pedra lá no cacho de maribondo (Luca, entrevista em profundidade, junho de 2017).

Enquanto alguns entendem a violência como algo cruel, como Luca relatou acima, outros a entendem como uma forma de cuidado e disciplina. Ou até mesmo como algo excepcional:

Os funcionários erraram? Talvez. Eu também já errei muito na vida também. Não sei, não consigo julgar agora, mas eu lembro sim de muitos espancamentos. Tinha um quartinho que chamavam de cela, fui trancafiado ali dentro. Mas não sei, talvez sejam casos isolados, porque teve muitas coisas boas também (Iodo, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

É frequente também nos relatos a dificuldade de nomear algum episódio de violência física como "violência". Geralmente quando isso acontece, há sentimentos contraditórios imbricados. Na mesma medida em que o ex-interno caracteriza o evento como "cruel", ele próprio não consegue entender que se tratava de uma violência, mas a vê como uma "atitude disciplinadora" em decorrência de alguma infração:

Pesquisadora: E você sofreu algum tipo de violência?

Papa: Não, não... Mas lógico, onde tem ser humano, lógico que tem esse tipo de coisa. Tem problema de abuso sexual... Tinha violência de o cara

[funcionário do Instituto] ir bater na na gente, quando na verdade a gente tava articulando uma infração. Aí o cara batia e não batia como pai, batia como inimigo. Tinha um tal de Seu Dão, Seu Alemão, são pessoas que a gente tem muito medo (Papa, entrevista em profundidade, junho de 2017).

No trecho a seguir, Som relata episódios de violência por parte dos funcionários totalmente desvinculadas de quaisquer justificativas de punição a infrações ou ao trabalho na roça.

O Seu Faú [funcionário do Instituto] nos pegou bem na hora que iríamos colocar alpiste para nossos passarinhos, foi um susto para todos nós, saímos correndo mas não teve jeito, tivemos que nos encontrar com Seu Faú à noite na hora do banho. Ele nos perguntou o que estávamos fazendo e ninguém deu uma resposta satisfatória, então todos nós apanhamos. Ele me pegou pelas orelhas e me levantou até que eu não sentia meus pés no chão e quando eu pensei que já havia terminado, ele me soltou e com as duas mãos, deu um tapão que eu perdi meu rumo! Desde então tinha muito medo dele e não fazia mais artes para não levar novamente aquele tapa que parecia que iria ficar surdo (Som, contos escritos, abril de 2018).

Nos âmbitos de interação dos ex-internos (tanto presencial, quanto virtual), observou-se a presença de um ator muito ativo: a filha de um ex-diretor que atuou na instituição por quase quarenta anos. Ela se tornou parte da rede de ex-internos e passou a tecer relatos constantes sobre a instituição na qual ela própria cresceu, já que sua mãe também era professora dos ex-internos e sua casa ficava dentro dos limites geográficos da área ocupada pelo Instituto. Ao longo dos anos, notou-se que a filha do diretor empregou uma *política da memória* entre essa rede dos ex-internos. Como veremos no trecho abaixo, ela defende que haja memórias "positivas" da infância como parte de um projeto educacional:

Inegável a importância da memória. Para Dostoiévsky: “não há nada mais nobre, mais forte, mais saudável, mais útil, na vida, do que uma bela lembrança de infância [...] Falam-lhes muito de educação, mas uma bela lembrança sagrada, guardada desde a infância, talvez seja a melhor educação. Se nós levamos muitas dessas lembranças ao longo de toda a vida, estamos salvos para sempre” (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo IAMB 1946/1976).

Em meio às memórias dos ex-internos, ela defendia publicamente que o projeto educacional empregado pelo Instituto era algo excepcional em termos de atendimento ao menor e que o esforço solo de seu pai foi deliberadamente e injustamente destruído pelo Estado depois de ele ter deixado a instituição na década de 1980. A partir dessa postagem no Facebook, fica claro que o trabalho de construção de recordações “positivas” seria uma política que ela empregaria para dar “continuidade” ao projeto educacional de seu pai. Em um artigo acadêmico de 2014, a filha do ex-diretor defende que “documentos, jornais e revistas pertencentes a arquivos pessoais de funcionários que trabalharam no IAMB [...] revelam a existência de um projeto educacional bem-sucedido, estabelecido em fundamentos claros, passíveis de execução e autossustentável” (Parente, 2016, p. 188). Nesse mesmo texto, ela explicita que esse artigo acadêmico faz parte de sua *política da memória*:

Reapresentar a memória do IAMB é, do nosso ponto de vista, a possibilidade de empreender uma ação restitutiva e política [...] A inexistência

de qualquer registro ou alusão na internet sobre o projeto educacional do IAMB pode ser considerada como uma lacuna na análise atual sobre a história da infância e adolescência abandonada no Estado de São Paulo (Parente e Safra, 2014, p. 188).

Nesse artigo, ela entende que tudo o que aconteceu no Instituto foi para servir ao propósito da disciplina e do cuidado. Se um dia esse modelo terminou, segundo ela, foi devido à administração estadual, que supostamente tinha uma estratégia para acabar com ele, um modelo socioeducativo bem-sucedido empregado exclusivamente pelo Instituto de Menores de Batatais. Outra forma frequente de materialização de certos entendimentos foi o uso de documentários amadores. A filha do ex-diretor produziu três documentários ao longo dos anos com narrativas sobre o Instituto. Em todos eles, há uma tentativa de colocar o Instituto como um benfeitor excepcional que, como instituição pública, fez algo além do que deveria fazer para os ex-internos. Logo no início, ela selecionou a fala de um ex-funcionário:

Só Deus sabe a sorte que vocês ex-internos tiveram de estar aqui na época do Diretor H., que é pai da nossa amiga aqui [ele se volta para a filha do ex-diretor], ele conduzia isso aqui com uma perfeição, ele fazia de tudo para que vocês fossem os homens que vocês são hoje (Irá, ex-funcionário, trecho de fala do documentário "Ex-internos do Instituto Agrícola de Menores de Batatais/SP", abril de 2012, publicado em julho de 2014).

Além disso, no início de 2015, a filha do ex-diretor criou uma página no Facebook na qual passou a postar quaisquer relatos ou fotografias que endossem um passado do Instituto como central no encaminhamento dos ex-internos para uma vida bem-sucedida em termos morais, familiares e profissionais.

Essa política da memória foi se tornando bem-sucedida à medida que foi amplamente validada por *reconhecimento* e por *ressonância* dentro da rede de ex-internos. As estratégias de uma política da memória, portanto, fazem isso: endossam os entendimentos convergentes (aqueles que ressoam positivamente) e afastam os entendimentos divergentes (aqueles que ressoam negativamente). Sua autoridade foi sendo, aos poucos, endossada por parte dos ex-internos que vinham a público defendê-la:

A filha do ex-diretor é uma pessoa admirável em todos os aspectos! Nós, ex-internos, nos sentimos honrados em fazer parte do Resgate da Memória do Instituto Agrícola de Menores de Batatais (IAMB) que ela idealizou, pesquisou e realizou; e a cada dia, ela agrega mais consistência! Simplesmente fantástica essa pessoa! (Chacha, postagem no Facebook, no grupo público IAMB 1946/1976, junho de 2016).

Ela vai tecendo essa política na interação que estabelece junto às recordações que os ex-internos postavam nas redes. E assim, novos entendimentos vão emergindo à luz das recordações dos ex-internos. Na citação a seguir, o ex-interno Papa conta sobre a importância do futebol em sua infância pobre antes de entrar no Instituto e a filha do ex-diretor justapõe a figura de seu pai a essa recordação, que em nada tem a ver com o Instituto:

Papa: A BOLA. DEMOCRÁTICA E FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL!!! [...] Na minha infância, com a construção do Aeroporto de Congonhas, o bairro do Planalto Paulista, teve um crescimento rápido e fantástico [...] Com a construção do Aeroporto, o Planalto Paulista foi se valorizando e passando por uma forte especulação imobiliária, misturando-se as classes A, B e C. Aí é que entra ela. A BOLA era o único brinquedo democrático e

socializante. Quando um garoto ganhava no NATAL ou ANIVERSÁRIO uma bicicleta, era só dele; um carrinho, era só dele; uma mesa de tênis, era dele dos irmãos, primos, ou amigos mais próximos. Agora quando ganhava uma BOLA era aquela alegria!!! Atrás da GORDUCHINHA corriam muitos: pobres, ricos e paupérrimos, negros, brancos e amarelos [...] SALVE ELA, A BOLA!

Filha do ex-diretor: Belíssimo texto e homenagem do amigo do escritor Papa à BOLA. Quanta sabedoria!!! O diretor H. sempre reconheceu o poder de inclusão da bola e do esporte, em geral. Cada um dos 11 lares do IAMB possuíam um jardim, um pomar e um campo de futebol. (Papa e filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público IAMB 1946/1976, maio de 2018).

Ao longo dos anos em que acompanhamos os dados, nem sempre a política da memória empregada pela filha do ex-diretor foi bem-sucedida ou operou despercebidamente. Em uma fala, o ex-interno Ado demonstra incômodo com a filha do ex-diretor em tentar desvincular o nome FEBEM (segundo nome que a instituição recebeu na década de 1970) do primeiro nome, Instituto Agrícola de Menores de Batatais, em uma tentativa artificial de tratá-los como instituições distintas:

Depois que eu comecei a ter mais amizade com a filha do diretor, e eu já tinha sacado qual era a dela. Eu falei pro meu colega: “Ela não gosta de misturar o nome Instituto Agrícola de Menores de Batatais com o nome FEBEM, sendo que são a mesma instituição” (Ado, entrevista em profundidade, abril de 2017).

Na verdade, ela quer vincular o nome Instituto Agrícola de Menores de Batatais com o nome FEBEM, porque ela acha estigmatizado. A filha do ex-diretor me falou um negócio que é um absurdo: que o catavento da FEBEM era uma coisa do nazismo, sabe? E a gente às vezes fica sem resposta pra não criar conflito. Uma pessoa tão culta, falar um absurdo desses. A FEBEM de Batatais é o Instituto Agrícola de Menores de Batatais. É a mesma instituição. Ela fala que é acadêmica e faz pesquisas, na verdade, ela defende muito o pai dela, dizendo que o diretor que veio depois acabou com tudo. Eu não idolatro os diretores, nem o pai dela, nem o que veio depois. Eu falei isso pra ela: “Eu até sou grato, mas eles não fizeram além da obrigação deles, pois eles ganhavam por isso, entendeu?” (Ado, entrevista em profundidade, outubro de 2016).

Mesmo com oposições a ela, a política da memória empregada pela filha do ex-diretor teve sua eficácia no longo prazo. Diante dessa oposição, rapidamente, a filha do ex-diretor reorientou suas ações de modo a mitigar uma cisão entre os ex-internos. Ao encampar e tentar integrar os ex-internos que estavam dissidindo, a filha do ex-diretor justificou o afastamento e a reaproximação em relação a esses ex-internos nas postagens reproduzidas abaixo:

Postei a mensagem de Gandhi há 3 anos quando pensei em deixar os ex-internos caminharem sozinhos. Mas senti que não era o momento certo [...] Fiz isso, apesar do jeito “atabalhado”, deselegante e desrespeitoso de vários ex-internos (não foram os do Instituto Agrícola de Menores). [...] É como dizia o educador que foi meu pai: “O filho cresce, se torna adolescente e caminha rumo à maturidade. Cabe aos pais se retirarem e acompanhá-los de longe” (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público “IAMB 1946/1976”, abril de 2018).

Muitos me perguntam sobre os ex-internos que viveram na FEBEM [...] Eles conheceram também meu pai e foram criados no modelo de educação do Instituto Agrícola de Menores de Batatais. BEM VINDOS!!! (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público IAMB-1946/1976, abril de 2018).

Após essa dissidência temporária, observamos que houve uma reaproximação e alguns entendimentos conseguiram se institucionalizar mesmo entre aqueles ex-internos que, em um primeiro momento, opuseram-se à política da memória em curso, apresentando entendimentos divergentes. Institucionalizar um entendimento, como vimos, é validá-lo perante seus pares, trazendo maior grau de certeza sobre ele. Por isso, a política da memória empreendida foi dando resultado no sentido de validar entendimentos positivos acerca do papel do Instituto e de incorporar os ex-internos dissidentes novamente à rede. Aqueles entendimentos com sentidos contraditórios foram escamoteados ou não validados publicamente. Com isso, aos poucos, vemos uma homogeneização dos sentidos atribuídos às recordações do passado vivido no Instituto.

Como citamos, grande parte das violências institucionais acontecia durante o período de trabalho forçado dos ex-internos. Embora muitos recordem desses momentos com dor, sofrimento e até mesmo indignação pelo fato de terem que trabalhar ainda crianças, todas as falas da filha do ex-diretor seguiram a premissa já anunciada no artigo de 2014: "se afirma que a conscientização do valor do trabalho seria necessária para a preparação para a vida após sua reintegração na comunidade" (Parente e Safra, 2014, p. 196). A filha do ex-diretor trabalha em torno do entendimento de que o trabalho infantil foi essencial para a constituição do "ser humano de bem", contradizendo a visão crítica que muitos ex-internos tinham acerca dos abusos que sofreram.

Em uma postagem nas redes sociais, a filha do ex-diretor posta uma charge em que aparece um menino, sinalizando o ano de 1969, acuado e assustado pelos pais e pelo professor, ao passo que o mesmo menino e os mesmos pais aparecem em um outro quadrinho, sinalizado com o ano de 2009, acuando o professor. Em comentário ela diz:

Continua atual. Lembrando que nos anos 1930/40 vários pensadores (Hannah Arendt, Edith Stein, escola de Frankfurt, D.W. Winicott) já alertavam para os tempos sombrios que nos aguardavam, a perda de valores, a desumanização e fragmentação dos laços sociais (filha do ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público "IAMB 1946/1976", maio de 2018).

Sua intenção, ao veicular esse tipo de postagem, era apresentar aos ex-internos um entendimento de que as lembranças de abusos deveriam ser interpretadas como sinais de transmissão de "bons valores". Algo que, de acordo com a filha do ex-diretor, o Instituto soube fazer, mas que foi perdido na contemporaneidade, como expressa a charge. Assim, ela tenta interpretar os comportamentos arbitrários ou desdenhosos dos funcionários como um comportamento dito "disciplinar", crucial para criar a resiliência necessária para superar todos os obstáculos da vida. Isso pode ser observado na interpretação que Zefa provê a determinadas lembranças:

A gente que aprontava na semana, chegava na hora de se trocar para poder ir para a igreja e o funcionário dizia "você não precisa se trocar, você pega o escovão ali até ilustrar bem esse corredor". Aí os outros podiam ir passear e eu não. A gente ficava chorando porque os outros iam passear. Mas era como se fosse um carinho, a disciplina é importante. Tínhamos que levantar e arrumar a cama muito bem. Tinha o vigilante que ficava só olhando, ele chegava e falava "arruma esse cobertor direito,

vira o colchão”. Às vezes, eu fazia xixi na cama e para não descobrir eu ia lá e pegava um pano para limpar. Aí o funcionário dizia “te analisar bem, isso não seria castigo não né? E, sim, como disciplina. (Zefa, entrevista em profundidade, dezembro de 2017)..

Aqui, a repressão acaba sendo entendida como cuidado. Vistos como figuras paternas, os funcionários passaram a ser considerados como heróis que deram suas vidas para criar os meninos abandonados. Seus pares, considerados irmãos, que souberam cumprir todas as orientações e oportunidades oferecidas pelo Instituto, também poderiam ter como resultado de vida trajetórias bem-sucedidas. Aqueles que não tiveram trajetórias bem-sucedidas são vistos como “ovelhas negras”, porque não se tornaram os bons filhos de “pais dedicados”. O Instituto passou a ser visto como um salvador, uma oportunidade aproveitada por uns e dispensada por outros.

Foi muito bom, excelente. Eu fiquei até os 18 anos. Boa parte da minha vida, do meu alicerce, espiritual, personalidade, tudo devo a essa fase. Claro que nem tudo é um mar de rosas, mas com o tempo a gente vai aprendendo a fazer uma peneira do que é ruim e o que é bom na vida da gente [...] Eu já percebia isso, que era um local excelente para estudar, para se exercitar, para se alimentar. Então eu busquei aproveitar, dentro da possibilidade, tudo de bom que o Instituto me ofereceu (Jove, conversa durante o Encontro de ex-internos, abril de 2016).

Como mencionamos, para que um entendimento prevaleça sobre outros em uma rede de relações não é suficiente que outros componentes da rede simplesmente o vejam como o entendimento “correto” do passado. É necessário um processo performativo de persuasão dos outros, uma retórica que é construída e se institucionaliza a partir das dinâmicas de validação. Se antes eles não conseguiam entender por que tiveram que trabalhar ou receberam violências físicas, agora internalizaram uma interpretação de que isso acontecia em decorrência de seu mau comportamento. Nesse sentido, os funcionários eram como pais disciplinadores que tinham paciência em ensinar-lhes como era a vida: “a todos os ex-funcionários do Instituto, muito obrigado por toda a paciência e perseverança em contribuir para o nosso crescimento físico, psicológico, intelectual e profissional. Eu tenho apenas uma palavra a dizer ... Gratidão” (Som, postagem no Facebook no perfil “IAPS-IAMB”, dezembro de 2017).

O sentido de que o Instituto foi o elemento salvador de suas trajetórias colaborou para ressignificar até mesmo o episódio de abandono, que passou a ser entendido como um ato altruísta que os pais biológicos tiveram em prol do bem-estar dos ex-internos. A ideia que circulava na década de 1970, em propagandas do governo militar, de que a institucionalização precoce seria um caminho mais seguro do que a criação das crianças no seio familiar, passou a ser recorrente entre os ex-internos. Para eles, os pais os encaminharam para um lar capacitado para os criar e, portanto, eles não se veem como “meninos abandonados”, uma vez que foram “readotados” pelo Instituto, ato que os preveniu de qualquer mal. No comentário abaixo, a filha do ex-diretor dá a entender que o Instituto não teve um papel institucional, mas sim um papel familiar de adoção dos menores. “Adoção” essa que não apenas teve uma função formal, mas sobretudo passou a ser vista como preventiva do “caminho da violência ou do desvio”:

De onde nasce a violência? Ao contrário do que muitos pensam, ela nasce do abandono, da falta de amor e hospitalidade. [...] Por que, desde 2012, voltamos todos os anos no mês de abril para os Encontros de ex-internos? Por que tantos que tiveram suas vidas marcadas pela história do Instituto buscam manter viva a sua memória? Um caso a ser pensado... (filha do

ex-diretor, postagem no Facebook no grupo público “IAMB 1946/1976”, dezembro de 2017).

A política da memória coagiu as lembranças dos ex-internos atribuindo-lhes entendimentos positivos a situações de violência. Isso acarretou em um silenciamento social de certos entendimentos e o estabelecimento de um regime emocional (Reddy, 2001) em que o sofrimento foi ressignificado de maneira acrítica.

Conclusões {#sec-conclusoes}

Os encontros presenciais que eles realizam e os espaços digitais não conseguiram ser uma arena livre para debate sobre as infâncias dos ex-internos. A presença de uma política da memória cerceou o debate sobre como eles entendiam as vivências que tiveram dentro do Instituto. Ao longo dos anos, a filha do ex-diretor foi validando lembranças positivas e desvalidando as negativas em prol de uma imagem imaculada do Instituto perante os ex-internos. O fato de ter se instaurado um regime emotivo específico entre eles, de alguma forma, não acolhe e não valida outros sentimentos que eles possam vir a ter em torno de suas trajetórias marcadas por situações de violência. Aqui, a violência é considerada “apenas no domínio dos meios e não no domínio dos fins” (Benjamin, 1996, p. 236), ou seja, por mais que elas tenham existido e isso seja muito presente em suas recordações, ganham uma justificativa de que foram os melhores meios possíveis para alcançar os fins desejados, que eram justamente torná-los “cidadãos de bem”.

Eventos passados ligados a três fontes de sofrimento para os ex-internos (a saber, abandono, coerção institucional e estigma) foram ressignificados como eventos-chave para suas trajetórias de “sucesso”. O abandono passou a ser visto como algo que possibilitou que eles tivessem oportunidades na vida na medida em que foram institucionalizados precocemente e “salvos” de suas famílias. A coerção institucional (presente em eventos de violência física, sexual e psicológica e em eventos de trabalho forçado) passou a ser entendida como expressão de disciplina e de “cuidado” parental. Isto é, prescrições sobre como se sentir perante um evento (um regime emocional) foram colaborativamente tecidas e se impuseram a fim de atingir um objetivo específico, a saber, a conformação de uma narrativa coerente de si que concebe o Instituto como peça-chave para uma trajetória bem-sucedida e socialmente aceita.

Essa política da memória só foi possível porque nem todas as versões sobre o passado possuem a mesma força; elas não são ouvidas e aceitas de maneira equânime entre os pares. As versões de algumas pessoas se tornam mais relevantes e, usualmente, essas pessoas se tornam autoridades entre uma rede de pessoas. Isso significa que elas são um ponto no espaço social no qual outras pessoas e entendimentos se vinculam e orbitam ao redor. Nesse sentido, a filha do ex-diretor, apoiada por ex-internos antigos, teceu uma dinâmica que envolvia um forte empreendedorismo moral. Ela descaracterizou quaisquer versões em que o Instituto aparecesse como fonte de autoritarismos. Ainda que reconhecessem que tais eventos pudessem ter acontecido, havia disputas para ressignificá-los em termos de cuidado e responsabilidade. Esse empreendedorismo moral foi, por um lado, empregado por uns e aceito por outros como uma forma conservadora de interpretar o que aconteceu, bem como uma forma conservadora de construir suas histórias teleológicas que ligam a suposta disciplina experienciada na infância com o fato de terem vencido na vida e serem vistos com respeito pela sociedade mais ampla.

Somado a isso, eles não tiveram as ferramentas necessárias para vincular suas histórias a contextos sociohistóricos mais amplos, pois também não há esse tipo de espaço público fora dessa rede de ex-internos em que eles pudessem construir essas narrativas. Ou seja, não existe um espaço público no qual se possa debater o que foi e o que é uma infância precocemente institucionalizada tutelada pelo Estado. Da mesma forma, não há (ou há poucos) espaços para uma educação política desses internos que amplie o universo de possibilidades para interpretação de si. Certamente poderiam ser espaços

de ressonâncias de outros entendimentos sobre o que é uma instituição total, sobre o que é a experiência da institucionalização precoce e o que é violência institucional. Nesse sentido, espaços democráticos e críticos poderiam ter provido essas ferramentas de compreensão sobre o que é sofrer uma violência fruto de um autoritarismo. A garantia desses espaços de reflexão poderia ter permitido que aqueles que apresentaram entendimentos contraditórios pudessem ter se constituído como autoridades com força de oposição à política da memória que tomou a rede.

Embora essa política da memória não tenha um sentido tradicional como uma política pública da memória a nível governamental (mesmo porque nem partimos de um arcabouço teórico com esse alcance), ela curiosamente esteve atrelada a um indivíduo que indiretamente representava o Estado – ainda que quisesse a qualquer custo a se desvincular dele. A política da memória empregada pela filha do ex-diretor, embora tenha sido em prol da construção de sentidos positivos em torno da atuação do próprio pai, não deixa de ser uma extensão/representação, a nível micro/local, do Estado que administrava o Instituto. Como vimos, o entendimento que a filha do ex-diretor tem sobre o papel do Instituto na vida dos ex-internos converge com o discurso que o governo militar tinha à época: de que as instituições para menores poderiam prover aquilo que as famílias pobres não poderiam. No caso da filha do ex-diretor, não sabemos se ela adotava esse discurso anteriormente. No entanto, nota-se que o envolvimento processualmente crescente com a história do Instituto e a defesa do trabalho lá feito devem ter levado à defesa desse discurso que acabou convergindo com o discurso militar. Assim, a convergência discursiva surge como um subproduto da própria dinâmica de constituição e manutenção da autoridade por meio de um empreendedorismo moral, cujo objetivo era vangloriar e honrar o trabalho feito no Instituto e, conseqüentemente, o ex-diretor, seu pai.

Bibliografia

ABBOTT, A. **Processual Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

BENJAMIN, W. The Critique of Violence. *Em*: BULLOCK, M.; JENNINGS, M. (Eds.). **Walter Benjamin: selected writings (1913-1926)**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1996.

DEPELTEAU, F. Relational Thinking: A Critique of Co-Deterministic Theories of Structure and Agency. **Sociological Theory**, v. 1, n. 26, 2008.

FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structures questions to negotiated text. *Em*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 2008. p. 645–672.

GLAESER, A. An Ontology for the Ethnographic Analysis of Social Processes: Extending the Extended-Case Method. **The International Journal of Social and Cultural Practice**, v. 49, n. 3, p. 16–45, 2005.

_____. **Political Epistemics**. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

_____. Hermeneutic Institutionalism: Towards a New Synthesis. **Qualitative Sociology**, v. 37, n. 1, 2014.

HALBWACHS, M. Le Rêve et les Images-Souvenirs: contribution à une theorie sociologique de la mémoire. **Revue Philosophique de la France et de L' Étranger**, p. 57–97, 1923. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/41082002?sid=21105071185651&uid=62&uid=4>>.

_____. **La Mémoire Collective**. Originalmente publicado em 1950. Paris: Ed. Albin Michel, 1997b.

_____. **Les Cadres Sociaux de la Mémoire**. Originalmente publicado em 1925. Paris: Ed. Albin Michel, 1997a.

KOZINETTS, R. **Netnography: Redefined**. London: Sage, 2015.

MAY, T. **Pesquisa Social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Ed. Artmed, 2004.

NEWMAN, M. **Network Analysis: an introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

PARENTE, S. **IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais em exposição: memória em construção**. 2016. Pesquisa de Pós-Doutorado – Universidade de São Paulo/ Instituto de Psicologia, São Paulo, 2016.

PARENTE, S. M. B. A.; SAFRA, G. Crônica de um desmanche anunciado: o caso IAMB - Instituto Agrícola de Menores de Batatais. **Memorandum**, v. 26, p. 187–200, 2014.

REDDY, W. **The Navigation of Feeling: the framework for the history of emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

WEBER, M. **Economia e Sociedade vol.1**. Originalmente publicado em 1921. Brasília: Editoria UNB, 2009.